

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA ABORDAGEM DAS DIFICULDADES E DAS BARREIRAS ENFRENTADAS NO MEIO ESCOLAR

AUTISTIC SPECTRUM DISORDER: NA APPROACH TO DIFFICULTIES AND BARRIERS FACED IN SCHOOL ENVIRONMENT

Arlete Félix Vieira da Silva¹
Heike da Silva Fernandes²

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo buscar uma melhor forma de incluir no meio escolar e, conseqüentemente, na sociedade o aluno portador de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Neste sentido, salienta-se as barreiras enfrentadas por esses alunos, e pela família, por ainda haver preconceitos em relação às diferenças de cada indivíduo. A discussão do tema vem de estudos e leituras de pesquisadores do assunto, tendo como principais referências Mantoan (2009) e Silva (2012). Todavia, busca-se mostrar, através, das autoras, a realidade vivida por esses alunos e a necessidade da escola e da sociedade em acolher e respeitar tanto o portador do TEA quanto aos familiares destes, visto que, a falta de informação e de conhecimento sobre o assunto faz com que o preconceito seja a grande barreira enfrentada. Portanto, é notório a necessidade de esclarecimento para alcançar o respeito e a igualdade que tanto se almeja.

Palavras-chave: Incluir. Diferenças. Respeitar. Igualdade.

ABSTRACT: The present study aims to seek a better way to include in the school environment and, consequently, in society the student with Autism Spectrum Disorder (ASD). In this sense, it highlights the barriers faced by these students, and by the family, as there are still prejudices regarding the differences of each individual, according to a reading study, having as main references Mantoan (2009) and Silva (2012). However, it seeks to show the reality experienced by these students and the need for the school and society to welcome and respect both the TEA patient and their families, since the lack of information and knowledge on the subject makes prejudice more the great barrier faced. Therefore, there is a clear need for clarification to achieve the respect and equality that is so desired.

¹ Professora Universitária. Psicopedagoga. Especialista em Neuropedagogia e Psicanálise. Email: arletefelixvs@hotmail.com

² Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás-UEG. Especialista em Neuropedagogia pela Faculdade Católica de Anápolis. E-mail: heikefer@gmail.com

Keywords: Include. Differences. Respect. Equality.

INTRODUÇÃO

A finalidade desse artigo é despertar no leitor uma maior compreensão das dificuldades e das barreiras enfrentadas pelos portadores do Transtorno do Espectro Autista – TEA, e, da necessidade de rompimento do preconceito existente no meio escolar e na sociedade.

A princípio foi abordado o tema sobre a inclusão escolar, de forma um pouco mais generalizada; como a escola e seus educadores procedem para incluir, de forma eficiente e não traumática, todos os alunos que venham a ter algum tipo de transtorno, deficiência e/ou qualquer outro tipo de limitação existente. Quais as metodologias devem ser abordadas para tornar mais agradável o meio escolar para receber de maneira igualitária todos os alunos.

Em consoante ao assunto, foi trabalhado de forma sucinta o TEA. Como a aprendizagem do aluno portador do TEA pode ser comprometida e a escala de graus relacionada a esse transtorno que podemos encontrar ao longo de nossa trajetória na educação. As barreiras encontradas por eles e o que diz a medicina a respeito desse transtorno. Foi discutida as dificuldades enfrentadas pelos autistas, seus familiares e demais pessoas que estão inclusos no seu círculo social. A forma como o autista enxerga o mundo e as dificuldades por eles enfrentadas para conseguirem acompanhar todo o processo de desenvolvimento. Ressalta-se também a necessidade do envolvimento de todos do meio social em que o portador de TEA está inserido e como esse meio pode trazer benefícios ou atrasos no tratamento desse transtorno. A forma de se proceder como autista reflete de forma significativa no seu comportamento.

Por fim, como incluir o aluno portador do TEA, como trabalhar essa inclusão tanto com os docentes quanto com os discentes do meio escolar em que estão inseridos. Por vezes a desinformação sobre o assunto vem sendo uma barreira encontrada pois grande parte da população, por se tratar de um assunto relativamente novo ou pouco conhecido, ainda não possuem um conhecimento prévio ou não sabem lidar com tal situação. A informação e a preparação para o

acolhimento do portador de TEA no meio social e escolar é de suma importância para seu reconhecimento como cidadão.

1. ESCOLA INCLUSIVA

A inclusão escolar deve ser pensada e desenvolvida para que haja uma igualdade entre todos, de forma isonômica. A criança não nasce com preconceito. Essa percepção das diferenças e padrões lhe são impostos mediante o convívio com a sociedade. Uma grande maioria se transforma para se adequar aos padrões do meio em que vive.

A Constituição Federal – CF, em seu Artigo 5º diz:

Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes... (CF 1988, p.14)

Contudo a CF, Art 205, ainda defende que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Porém, conforme Mantoan (2003, p. 22), “apenas esses dispositivos já bastariam para que não se negasse a qualquer pessoa o acesso a mesma sala de aula que qualquer outro aluno.” Mas existem argumentos sobre a impossibilidade prática da inclusão total dos alunos com deficiências severas, inclusive casos de autismo.

Ainda, segundo Mantoan (2003), a escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, houve uma ruptura de base em sua estrutura organizacional.

Houve, portanto, a necessidade de buscar meios para que a escola se torne um ambiente propício e acolhedor para todos, onde as diferenças não seja empecilho para o ingresso nas salas de aulas comuns.

Assim, conforme Dias (2009), incluir a criança com deficiência intelectual na escola regular se faz necessário, pois, torna-se uma forma de oportunidade de tratamento igualitário a todos. Porém, conforme análise de dados e pesquisas

realizadas por Dias (2009, p.74), “de forma unânime, as professoras afirmam que se sentem despreparadas para trabalhar com essas crianças.”

Infelizmente, após análise de grades curriculares e anos vivenciando a educação pode-se afirmar que a maioria dos cursos superiores voltados para a educação não dão base para a formação de professores na área da inclusão. A maioria desses cursos são voltados, único e exclusivamente, para o aprofundamento teórico da disciplina trabalhada, deixando muito a desejar no que tange a discussão e prática da inclusão escolar, tão necessária nos dias de hoje.

Graças a pedagogia e aos vários cursos de pós graduação, mestrado e até mesmo cursos extracurriculares, voltados para inclusão escolar dos alunos com necessidades especiais e/ou distúrbios, essa lacuna deixada por alguns cursos de graduação disponíveis na área da educação pode ser preenchida.

Dias (2009), ainda relata que o reconhecimento dos benefícios da escola inclusiva para a criança com deficiência em termos de socialização e autonomia é quase uma unanimidade. Deixando claro a positividade da oportunidade criada pela interação entre a criança com e sem deficiência, para que sejam trabalhados não só questões relativas a diferenças, direitos e deveres, mas também o incentivo ao trabalho em grupo.

Mantoan (2003, p. 26) evidencia a realidade da inclusão escolar vivida nos países mais desenvolvidos onde os métodos utilizados para essa inclusão são eficientes e se tem ótimos resultados, porém, apesar de vivermos em um mundo globalizado, onde o acesso as informação pode ser feitos de forma rápida, ainda não foi possível estabelecer métodos totalmente eficazes para a inclusão escolar em nosso país, pois, “uma coisa é o que está escrito e outra é o que acontece, verdadeiramente.”

As inovações propostas para uma educação inclusiva efetiva que vem sendo adquirida estão sendo deixadas de lado e servindo apenas para mascarar o modelo de inclusão tradicional que vinha sendo utilizado. (Ibdem, 2009)

Dias diz:

Para que as pessoas com deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que a escola de ensino regular se adapte as mais diversas situações e conforme as necessidades dos alunos inseridos em suas salas de aula (DIAS, 2009, p, 80).

Mantoan (2009, p. 32) evidencia que não estamos caminhando na direção da inclusão, pois, apesar da consciência de que a inclusão deve abraçar todos os alunos, as medidas até então tomadas e/ou propostas englobam apenas alguns deles (os com deficiência). Para ela, “a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas”, ressaltando que as dificuldades enfrentadas não são exclusivamente dos alunos, mas também do modo como o ensino é ministrado e da maneira que o ensino/aprendizagem é avaliado. “Não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar”.

Segundo a autora, uma escola se destaca pela qualidade do ensino apresentado, capaz de formar pessoas para uma sociedade mais evoluída e humanitária. “A aprendizagem nessas circunstâncias é a centrada, ora sobressaindo o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social e afetivo dos alunos”. A escola de qualidade visa auxiliar o aluno na construção de sua personalidade respeitando as individualidades de cada um. (Ibdem, 2009, p.34)

Mantoan (2009, p. 36) defende uma reorganização das escolas centradas num projeto político-pedagógico traçado com realismo e responsabilidade onde a organização curricular juntamente com as disciplinas aplicadas “passam a ser meios, e não fins”, onde o estudo das disciplinas será mediante a vivência de cada aluno, seus conhecimentos e a sistematização dos mesmos. A implantação do ciclo de formação é vista como uma solução justa e adequada para a inclusão, pois parte do princípio do conhecimento adquirido do aluno, suas vivências, o que varia muito de um indivíduo para outro.

Os ciclos de formação provocam mudanças na avaliação do desempenho escolar dos alunos, pois concedem a estes mais tempo para aprender, eliminando a seriação e articulando o processo de aprendizagem com o ritmo e as condições de desenvolvimento dos aprendizes. (MANTOAN, 2009, p, 65)

Na sequência a autora aponta que, “para universalizar a inclusão de todos, incondicionalmente, e democratizar a educação, muitas mudanças já estão acontecendo em algumas escolas e redes públicas de ensino”. Individualizar o ensino aprendizagem para os alunos que possuem algum déficit de aprendizagem vai contra os princípios propostos pela inclusão, “na visão inclusiva, o ensino

diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula” (Ibdem, p. 35).

A autora afirma que “a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender” (MANTOAN, 2009, p. 36). Nesse sentido o professor deverá levar em conta a capacidade de aprender de cada aluno e avaliá-lo dentro de suas capacidades, “não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência” (Ibdem, p. 36). Sabe-se que é um grande desafio a ser enfrentado, reorganizar o meio escolar, desde sua administração até a sala de aula, para tornar a inclusão efetiva. Sendo assim, a interação e criação de espaços educativos onde há a possibilidade dos alunos trabalharem não apenas individualmente, como acontece na maioria das vezes, mas que o trabalho coletivo seja intensificado.

Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio. Além do mais, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-lo a vencer os obstáculos escolares (MANTOAN, 2009, p, 70).

A autora ainda evidencia que “o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno” (Ibdem, p. 38). É reconhecido as dificuldades e limitações de cada um, porém o que se deve levar em conta é a capacidade de desenvolvimento e aprendizagem de cada um, e não os segregar por isso. “O ponto de partida para se ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno, ao aprender e não pelo professor ao ensinar!” (MANTOAN, 2009, p.39).

Segundo a autora, uma educação para todos é aquela que é capaz de avaliar o aluno pelo seu desempenho, mediante suas peculiaridades, e não a que estamos acostumados a vivenciar, onde os alunos são classificados por séries e tem sua capacidade de aprendizagem medida por provas e testes aplicados, sendo avaliados de modo igualitário.

Para a autora, o professor precisa deixar de lado o modo de ensinar sendo tido como um professor palestrante, mas buscar eliminar as diferenças do

alunado avaliando e observando cada um em sua particularidade, em sua capacidade de evolução dentro do ensino proposto.

Mantoan (2009, p.44) ainda ressalta a importância do professor na vida do aluno que “vai além dos aspectos instrumentais de ensino”. Continua dizendo que:

como se considera o professor uma referência para o aluno, e não apenas um mero instrutor, a formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento, como na formação de atitudes e valores do cidadão. (Ibdem, p, 80)

Assim sendo, a mesma autora defende a premissa de que o professor necessita buscar instrumentos capazes de tornar eficaz a inclusão, sendo necessário o envolvimento de todo o corpo docente, juntamente com todos os demais funcionários lotados na instituição educacional, para tornar o processo possível, não deixando de levar em consideração, não apenas o meio escolar, mas o meio social em que estão inseridos. (MANTOA, 2009)

A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais (1994) surgiu como base para o processo de inclusão a nível mundial, “reafirmando o direito a educação de todos os indivíduos”, “relembrando as diversas declarações contidas na Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, “notando com satisfação o envolvimento crescente dos governos”, nesse sentido e “reconhecendo a participação activa dos representantes de alto nível de numerosos governos, de agências especializadas e de organizações intragovernamentais nesta conferência”. (Declaração de Salamanca, 1994, p. 1)

REIS (2017), informa que a Declaração de Salamanca foi inspirada na busca pela igualdade entre as pessoas e no empenho dos governos em promover ações em atenção as diferenças individuais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas. (Declaração de Salamanca, p. 17-18)

Ainda, segundo o autor, até a década de 90 havia uma segregação na educação, porém, a partir daí começou a busca por novos olhares e modelos de educação, o que culminou na Declaração de Salamanca e muitas Leis e Declarações até hoje vigentes. (REIS, 2017, p.6)

A Educação Especial começou a ser difundida após o reconhecimento da necessidade de uma educação onde todos fossem detentores de direitos e deveres iguais, dentro da educação, deu-se início a tão falada e almejada Educação Inclusiva. (REIS, 2017, p.6)

Em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de número 9.394/96, que veio endossar ainda mais o compromisso da nação com a educação. Essa Lei veio afixar o direito à educação a toda criança, além de trazer melhorias na qualidade dos serviços educacionais e também fazer jus ao reconhecimento merecido do educador. (REIS, 2017)

A LDB também trata a educação especial e consoante a inclusão escolar em seu artigo 58:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Porém, Reis (2017, p. 8), evidencia que a inclusão escolar está muito bem amparada legalmente e houve um grande avanço no modelo de educação inclusiva em muito pouco tempo, porém ainda estamos longe de alcançar uma inclusão totalmente eficiente, onde não haja nenhum tipo de segregação, exclusão ou preconceito com as diferenças.

Ainda, sobre os meios legais, podemos citar a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, que veio para assegurar o direito a inclusão e as formas como esta poderá ser praticada. Podemos citar aqui o artigo 27 da LBI:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - TEA

Segundo Campos (2019, p. 3), “o termo autista vem do grego *autós*, que significa “de si mesmo”. Muitos psiquiatras buscaram definir o autismo e várias foram as definições catalogadas.

BRAGA (2019, p. 1), define o autismo como “um distúrbio de desenvolvimento complexo que se caracteriza por déficits na comunicação oral e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos sociais”. Para a autora, é comum no meio autista a ecolalia, ou seja, a repetição de palavras ou frases aleatórias, sem a intenção de se comunicar, além de adquirir padrões de comportamento repetitivo, seja o movimentar dos membros ou o balançar do corpo.

Apesar de haver alguns exames laboratoriais que auxiliam na compreensão do resultado, o diagnóstico do autismo é clínico e catalogado pelo CID-10, que é o código internacional de doenças. (CAMPOS, 2019)

A gravidade do autismo é relacionada conforme a necessidade de apoio que esse necessita podendo ser classificada da seguinte forma: grau leve (nível 1) – necessita de pouco apoio. grau moderado (nível 2) – necessita de apoio substancial. grau severo (nível 3) – necessita de muito apoio substancial.

É muito importante a observação pelas pessoas que convivem com as crianças, pois os primeiros sinais do autismo podem ser detectados desde os quatro meses. A criança não tem sociabilidade com os demais, caso isso ocorra é de suma importância procurar ajuda de um profissional da saúde, pois quanto mais cedo detectar se a criança é autista, mais chances do tratamento surtir um bom efeito. (BRAGA, 2019, p. 4).

Ainda, segundo a autora, “a porcentagem de crianças e adolescentes com autismo em todo mundo é de 1%”. Então se levarmos em consideração essa

estimativa, hoje no Brasil tem uma média de dois milhões de autistas. “é importante destacar que a ocorrência de autismo é maior no sexo masculino, com uma proporção de 5 meninos para cada menina” (Ibdem, p. 8).

O diagnóstico do transtorno do espectro autista engloba prejuízos nas capacidades cognitivas sociais, que se encaixam em três categorias: 1 – reciprocidade socioemocional; 2 – comportamentos comunicativos não verbais; 3 – interação social. (BRAGA, 2019, p, 9)

Essa diferença entre a porcentagem de autistas do sexo masculino ser muito maior que do sexo feminino foi esclarecido pelo diretor do centro de autismo da Universidade de Cambridge, quando este destacou que “o cérebro feminino seria mais bem-adaptado para o mundo social, mais ligado aos sentimentos e emoções. Já o cérebro masculino busca sempre uma razão para cada ação, é mais lógico.” (SILVA, 2012, p. 42)

Vários são os transtornos psiquiátricos possíveis de acometer uma criança, acometendo seu convívio social, portanto, uma criança que possui um transtorno social aparente não necessariamente será diagnosticada como autista. “O indivíduo deve demonstrar déficits persistentes em todos os três domínios: socialização, comunicação e comportamento.” (BRAGA, 2019, p. 9)

Os sintomas do autismo também são facilmente confundidos com o comportamento natural das crianças, o que dificulta o diagnóstico. É normal uma criança em um momento estar muito comunicativa e no outro já estar mais arredia, isolada. É normal uma criança brincar, pular, ficar agitada e num outro momento estar quieta. Portanto, o que diferencia uma criança autista das demais é a intensidade que esses sintomas apresentam. Por isso a necessidade de procurar um especialista para obter um diagnóstico correto. (SILVA, 2012)

Ainda, segundo a autora, é comum encontrar mães que se culpam pelo filho ser autista, o que é um equívoco. Ela passa a achar que falhou no processo educacional do filho e por vezes também é mal julgado pelos não informados. Mas isso se dá em decorrência de que a décadas atrás “alguns profissionais despreparados apontaram a falta de interação das mães com as crianças como causa do autismo”. Mas graças a vários outros estudos e profissionais qualificados essa visão foi totalmente excluída, porém, deixando clara a importância da família para o desenvolvimento do autista, pois, “crianças e adolescente com autismo

necessitam de um ambiente estruturado e de uma boa dinâmica familiar, que possibilitem rotinas”. (SILVA, 2012, p. 84/85)

A autora descreve a importância de estarmos atentos ao autista, pois eles não são capazes de decifrar os sentimentos e as expressões que esses nos causam, “as pessoas com autismo foram e ainda são, em algumas situações, rotuladas como pessoas que não tem sentimentos”, esse mito precisa ser derrubado, isso ocorre em decorrência de o autista não conseguir expressar facilmente seus próprios sentimentos. (SILVA, 2012, p. 118)

Quando um autista demonstra qualquer tipo de sentimento essa demonstração é totalmente verdadeira, pois eles não possuem a capacidade de fingirem um sentimento sem realmente o estar sentido. Portanto, quando um autista demonstra amor por uma pessoa, esse sentimento é o mais puro e verdadeiro. Geralmente os sentimentos do autista são expressos em seu comportamento e não em palavras.

Isso torna essas pessoas muito ingênuas; elas podem acreditar em tudo que lhes é falado. A intenção dos seus atos é sempre concreta e objetiva, e quando amam, o fazem de verdade. Até porque não conseguem dissimular ou mentir. Para elas, não existe um motivo para fingirem. (SILVA, 2012, p. 122)

É difícil compreender que coisas simples como expressar um sentimento, acompanhar uma conversa entre amigos, saber decifrar uma piada ou uma expressão facial, separar a fantasia e o sarcasmo da realidade, seja algo tão complicado para uma pessoa. Assim são os autistas, por isso devemos nos dirigir a eles com a mais pura realidade, para facilitar a compreensão do que lhe foi dito, pois a rapidez de compreensão do todo nas demais pessoas, neles é bastante prejudicada. (SILVA, 2012).

Todavia, para Silva (2012, p. 129) “o autismo, ao mesmo tempo em que preocupa, exerce certo fascínio sobre a opinião pública”, isso se dá em decorrência das “características típicas do autismo, como a obsessão por assuntos específicos; a atenção voltada a detalhes; o híperfoco”. Isso faz com que eles obtenham um excelente desempenho em determinadas áreas. Ocasionalmente um autista pode desenvolver uma super habilidade em qualquer área, desde que esta desperte seu interesse, como por exemplo, tocar um piano, ler muito antes da idade considerada

ideal mesmo sem nunca ter frequentado a escola, resolver problemas matemáticos como se fosse um gênio, dentre muitos outros. (SILVA, 2012, p. 129).

É possível encontrar no meio autista esses que se destacam por sua genialidade em alguma área, mas por outro lado eles possuem o desenvolvimento de outras áreas prejudicado, isso ocorre por não terem interesse mútuo em áreas de estudo distintas. Esse prejuízo se dá principalmente na área social, o brilhantismo é decorrência da obsessão por um determinado assunto, o que não ocorre nas demais. A autora ainda relata que todos possuem uma área mais desenvolvida, mais trabalhada e outras um pouco mais prejudicadas, porém essa disparidade entre uma e outra é muito mais evidente no autista. (SILVA, 2012)

Nos últimos tempos os investimentos na neurociência têm sido muito maiores que nas outras áreas. Estudar e compreender o cérebro, sua estrutura e seu funcionamento ainda têm sido uma incógnita para a ciência. Muito já se descobriu e ainda há muito que descobrir. Notou-se, após estudos, que o cérebro dos autistas possui um funcionamento diferenciado dos demais, além de um comprometimento no funcionamento dos neurônios e seus neurotransmissores. “O cérebro das pessoas com autismo não funciona como uma unidade coesa, o que se reflete em sintomas disfuncionais comportamentais.” (Ibdem, p. 165)

“Achados realizados através de exames funcionais, como a imagem por tensor de difusão, indicam que as áreas cerebrais da pessoa com autismo teriam dificuldades de funcionar de maneira integrada e sincronizada” (SILVA, 2012, p. 166). Isso significa que mesmo que o cérebro de um autista possua um bom funcionamento de suas diversas áreas individualmente, há um problema na comunicação entre elas.

Silva (2012) enfatiza a necessidade de o diagnóstico ser feito por um profissional capacitado, é de fundamental importância que o profissional tenha experiência e conhecimento na área para que esse diagnóstico seja realizado com êxito. Conhecer de forma geral o comportamento infantil é estritamente importante, pois é a partir daí que se inicia o estudo e análise de cada caso. Conhecer a história do paciente também se faz necessário, desde a concepção, a gestação, o nascimento e a evolução da criança, isso para se conseguir chegar a um diagnóstico correto.

Para as crianças com autismo, o diagnóstico precoce é de fundamental importância. Por isso, os pediatras precisam observá-las com muito critério desde o nascimento e, a qualquer alteração notada, devem encaminhá-las a um especialista mesmo que não tenham certeza do diagnóstico. No caso do autismo, é melhor pecar pelo excesso do que por negligência: isso pode mudar o rumo da vida. (SILVA, 2012, p, 178)

A autora ressalta que “o autismo está incluído em um grupo diagnóstico denominado transtornos globais do desenvolvimento, onde todos os transtornos inclusos nesse grupo são caracterizados pela dificuldade de sociabilização e tem um início muito precoce que se estende por toda a vida, o que dificulta em muito seu desenvolvimento em todas as áreas. (SILVA, 2012)

Ouvir de um profissional que seu filho possui o TEA não é fácil; ao receber o diagnóstico de autismo para o filho é comum que muitos pais comecem um processo de negação, pois é algo que vem contra todo o esperado, contra todas as idealizações que eles cultivaram durante o processo de gravidez. Fazer uma peregrinação por vários especialistas, o que muitos pais fazem, não é o mais oportuno, isso porque quanto maior a demora no início do tratamento e/ou acompanhamento dessa criança maior a probabilidade de atraso no desenvolvimento dela. Ressalta-se ainda a morosidade no tratamento do autismo que pode durar muitos anos e, em alguns casos, uma vida toda. “Aprender a lidar com este diagnóstico e se informar é o primeiro passo mais maduro.” (Ibidem, p. 181)

Ainda não existem testes ou exames capazes de determinar, sozinhos, o diagnóstico do autismo. Para se chegar a um diagnóstico é necessário que seja realizados vários testes psicológicos, além de uma observação criteriosa da criança, também como ouvir os relatos das pessoas próximas a ela. Esses instrumentos são utilizados para fazerem uma melhor investigação clínica e chegarem a um diagnóstico mais preciso. (Ibidem, 2012). “O primeiro passo é procurar profissionais que tenham experiências com o autismo”, pois no autismo as manifestações clínicas são completamente diferentes de um indivíduo para o outro. Não há uma regra única de comportamentos no meio autístico. “Nem sempre é possível que o profissional assegure resultados positivos, mas os meios aplicados devem ser garantidos cientificamente.” O médico ainda tem que analisar se a criança aparenta alguma comorbidade, pois é normal ocorrer no diagnóstico de autismo. (SILVA, 2012, p. 182)

Silva (2012), ressalta a capacidade do cérebro de se reprogramar. Com o estímulo cerebral é possível que o cérebro se modifique, pois a medida que aprendemos algo novo, novos caminhos neurais também são formados. Portanto, estimular a criança com TEA a obter novos conceitos para agir de forma diferente traz grandes resultados ao longo da vida. As dificuldades de sociabilização encontradas na criança são trabalhadas de forma a serem minimizadas ao máximo, buscando ensinar a criança a seguir atitudes de um comportamento adequado.

É comum que os pais se esgotem buscando formas de ajudar seus filhos, a paciência, firmeza e disciplina precisam ser praticadas a todo o momento, pois eles buscam incessantemente por uma maior independência de seus filhos. A criança com TEA também precisa ser estimulada para garantir um melhor desenvolvimento motor, sendo assim, buscar formas adequadas para trabalhar essas vertentes de tratamento ajuda numa melhor eficácia do desenvolvimento psicomotor do indivíduo. (SILVA, 2012)

A autora ainda deixa claro que se para se trabalhar o desenvolvimento social do autista o profissional precisa de um objetivo definido para que o resultado seja satisfatório. Todas as pessoas envolvidas no círculo de convívio da criança devem estar empenhadas num mesmo propósito, o de ajudar no êxito do tratamento proposto pelo profissional. Terapias também trazem muitos benefícios aos autistas, a terapia comportamental, por exemplo, é de grande relevância nesse tipo de tratamento, ela busca transformar comportamentos inadequados em comportamentos funcionais.

O grande problema é que se os pais ou cuidadores não aprenderem a ignorar as crises de birra das crianças com autismo, elas tendem a se manter ao longo da vida, o que pode gerar quadros de agressividade toda vez que são contrariadas ou frustradas, deixando a família refém de suas vontades. (SILVA, 2012, p, 195)

A autora frisa que “não existe ainda uma medicação que trate todos os sintomas do autismo”, o que existe são medicamentos que tratam algumas comorbidades específicas do transtorno, o que reflete de forma positiva nos demais sintomas apresentados, como por exemplo, se a criança é muito agitada e toma medicação para acalmar, consequentemente a dificuldades do convívio social serão amenizadas, pois a criança ficando mais tranquila ela começa a interagir melhor. Porém é de suma importância ressaltar que apenas um médico está apto a

diagnosticar e receitar medicamentos nesses casos, sendo necessária experiência na área e acompanhamento frequente para que o tratamento surta o efeito almejado. Ele avaliará cada comorbidade separadamente para saber qual o melhor tratamento a ser aplicado a cada paciente. (SILVA, 2012, p. 200)

A família é parte muito importante do processo de tratamento do autista. É comum encontrar familiares que também necessitem de ajuda para conseguir processar melhor o diagnóstico do autismo, portanto essas famílias, em sua maioria possuem uma forma extrema de se adaptar a nova realidade, a resiliência e superação são seu ponto forte quando decidem enfrentar a nova realidade. O tratamento do autismo, como dito anteriormente, não é fácil, é uma luta diária por muito tempo, às vezes, por uma vida toda. (SILVA, 2012)

A autora ainda cita os dez mandamentos para o bom desenvolvimento da criança com autismo: Tratamento individualizado; Currículo adaptado; Hiperinvestimento em comunicação; Ensino sistematizado e estruturado; Engajamento; Práticas adequadas para o desenvolvimento; Contato com crianças típicas (sem autismo); Atividades físicas; Envolvimento familiar e Psicoeducação familiar.

Silva (2012), deixa claro a necessidade de leis específicas que amparem e defendam o universo autista, pois as leis existentes, até o presente momento, tratam das pessoas com necessidades especiais de forma geral, deixando os autistas inseridos nos mesmos direitos que os demais portadores de comorbidades.

Os autistas, assim como outros portadores de deficiências, possuem o direito a prestação de assistência continuada, se comprovada sua incapacidade de independência e de trabalho. Caso ele se enquadre dentro das normas vigentes é possível conseguir essa assistência no valor de um salário mínimo para auxiliar no tratamento e subsídios necessários a vida dele. (Ibidem, 2012)

Toda criança tem direito à educação. A criança diagnosticada com autismo e que possui laudo comprovando essa condição, devidamente assinado por especialista na área, tem direito de acompanhamento especializado, tudo conforme Artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa medida é de grande relevância para um melhor desenvolvimento escolar e principalmente sociocultural da criança. (Ibidem, 2012)

Segundo Silva (2012), a proposta de educação inclusiva engloba todas as crianças portadoras de deficiências e/ou necessidades especiais. Incluir essas

crianças no meio escolar não é apenas garantir que seja aprovada sua matrícula e que ela passe a frequentar uma sala de aula juntamente com os outros alunos; incluir é fazer com que essa criança pertença ao meio escolar; é garantir o direito da isonomia a todos; é saber avaliar cada aluno respeitando suas particularidades. Vale ressaltar que a criança portadora de autismo também faz parte do ambiente escolar e possui os mesmos direitos que os demais. Essa inclusão efetiva é de suma importância no processo de evolução dos autistas.

A inclusão escolar teria o objetivo nobre de colocar as crianças com necessidades especiais em contato com seus pares, o que facilitaria seu desenvolvimento e ensinaria a todo o grupo que é possível conviver com a diversidade, na construção de um mundo melhor. Falar em inclusão é tema delicado e complexo quando saímos da teoria e partimos para uma prática efetiva nas escolas. Mesmo algumas escolas que fazem propaganda de um ensino inclusivo pecam na hora de tornar essa prática uma realidade. (SILVA, 2012, p, 211)

Para se alcançar a inclusão da forma almejada é necessário um engajamento e trabalho conjunto tanto do profissional da área da saúde quanto dos pais e mestres.

Uma característica marcante no autista é a sua ingenuidade, o que é motivo de grande preocupação para os pais. Nos casos de autismo mais grave pode ser adquirido a tutoria por parte dos pais ou algum outro familiar responsável, nesse caso os bens ficam em nome do indivíduo que é considerado incapaz e a administração dos mesmos fica a cargo do tutor, que ao fazer a declaração de imposto de renda deve “declarar ao juiz tudo que foi feito com o dinheiro e os bens do interditado”. (SILVA, 2012, p. 215)

Quando pensamos em independência física, psíquica e financeira, e quando se trata de uma pessoa que não possui nenhuma deficiência ou necessidade especial, o assunto é algo rotineiro, comum ao que estão acostumados, porém em si tratando dos portadores de TEA essa independência se torna algo muito difícil de se conseguir. Para as pessoas “normais” conseguir um emprego e viver em sociedade é seu rito natural de vida, já o autista, para conseguir um emprego, enfrenta muitos desafios, pois para eles as dificuldades são muito maiores e, por vezes, essa condição não muito bem aceita na sociedade. (SILVA, 2012)

Silva (2012, p. 235) ressalta que “devemos olhar a criança com autismo sob a perspectiva dela, pois somente dessa forma seremos capazes de ajuda-la”. Para a autora a compreensão compartilhada com o autista é fundamental para se estabelecer uma relação verdadeira com a criança, capaz de compreender e se fazer compreendido por ela.

A autora ainda dá ênfase no que diz respeito à adequação, visto que, não é a criança portadora de TEA que tem que adequar ao meio, o meio é que deve estar aberto a receber a todos, independentemente de qualquer coisa, respeitando suas particularidades e diferenças, sem preconceito.

Crianças com autismo são seres humanos de “verdade”, existem e jamais devem ser um fardo em nossas vidas. O que elas realmente precisam e merecem são famílias e pessoas que as valorizem e as amem por serem exatamente como são. Elas entram em nossas vidas, na maioria das vezes de forma inesperada – nós alienígenas para elas e elas estrangeiras para nós. (SILVA, 2012, p, 236)

3. A INCLUSÃO DO AUTISTA NO MEIO ESCOLAR

BRAGA (2019, p. 11), enfatiza que passar por um processo de análise clínica, por um profissional da saúde apto, para se obter um laudo descrevendo o diagnóstico de autismo é fundamental. Garantir a inserção dessa criança no meio escolar como estudante regular na sala de aula também é fundamental. Mas garantir o desenvolvimento pedagógico e social utilizando-se de estratégias de ações coletivas movidas no ambiente escolar para tornar essa criança parte de meio em que convive é, talvez, a mais importante ação no caminho de uma inclusão de verdade.

De quem é a responsabilidade de incluir pessoas com deficiência no meio escolar? Pais, professores, direção, coordenação, equipe de limpeza, merendeiras, inspetores e demais administrativos da escola, ou seja, todos que fazem parte da rotina escolar deverão assumir essa responsabilidade. (BRAGA, 2019, p, 11)

Os portadores de TEA, assim como os demais alunos possuem direitos e deveres, portanto todos devem seguir as regras da unidade escolar em que estão

inseridos. O fato de ser autista ou portador de alguma outra especificidade não os exime de suas obrigações como aluno. (BRAGA, 2019)

Porém, a autora declara que deve-se levar em conta no processo de ensino as diferenças e os interesses dessa criança portadora de TEA, se suas preferências por algo são levadas em consideração a funcionalidade do ensino proposto a ela é mais aproveitado, pois parte de algo que ela já está acostumada, não a tira totalmente de sua rotina e, a partir daí, o ensino começa a fazer seu papel. A matriz curricular adotada deve ser transmitida a todos os estudantes, independentemente das dificuldades enfrentados por alguns alunos, porém a maneira que ela vai ser aplicada e a forma que cada aluno será avaliado é que deverá ser analisado para cada um, independentemente, pois cada aluno é único. Assim como a criança com TEA deve estar preparada para essa nova jornada, o ambiente escolar e principalmente o professor deve estar preparado para receber, de forma profissional, essa criança. (BRAGA, 2012)

A autora cita, também, a tecnologia assistiva que é:

Uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que agrega produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover autonomia, independência, qualidade de vida e a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. (BRAGA, 2019, p, 15)

Essa tecnologia assistiva deve cumprir o papel de mediador no processo de inclusão escolar.

Para a autora, é necessário que a escola se adapte para receber a criança com TEA. Deve garantir um ambiente sensorial favorável para o desenvolvimento do aluno, pois isso facilitaria o processo de inserção desse aluno no ambiente escolar. A criança portadora de TEA está acostumada a uma rotina específica, portanto, uma mudança brusca nessa rotina seria um retardo para o desenvolvimento, nesse caso, um cronograma de aula previamente disponibilizado reduziria drasticamente a ansiedade dessa criança ao adentrar na escola. (Ibidem, 2019)

A escola também pode, juntamente com o amparo do Estado, aderir ao programa de acompanhante especializado, que é um profissional capacitado para acompanhar os alunos portadores de alguma deficiência, comorbidade ou necessidade especial, no processo de inserção escolar, nas possíveis dificuldades

de compreensão de um conteúdo exposto pelo professor regente e principalmente na socialização e no processo de independência e autonomia desse aluno, preparando-o para o mundo. Esse acompanhante especializado não deve ser visto, nem mesmo agir, como uma babá do aluno, pois essa postura seria um grande retrocesso no processo de desenvolvimento desse. O acompanhante é um colaborador do professor regente em sala de aula, ele deve acompanhar o aluno nas suas tarefas e atividades escolares somente se esse aluno demonstrar dificuldade de compreensão. (BRAGA, 2019)

A autora deixa claro que antes de contratar esse profissional para acompanhar um aluno é necessário que esse aluno seja avaliado, para se constatar a real necessidade de um acompanhante. Esse cuidado se deve para não correrem o risco de que a presença do profissional não estabeleça uma relação de dependência da criança, o que não seria benéfico ao seu desenvolvimento social e escolar. (BRAGA, 2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar um assunto como o Transtorno do Espectro Autista – TEA, é bastante complexo. Para se discorrer é necessário praticar a empatia e respeito ao tema proposto, isso por se tratar de algo traumático desde a revelação do diagnóstico do autismo para a família, o processo de aceitação até a inclusão dessa criança como cidadão no meio social.

Quando falamos em inclusão escolar, devemos estar abertos a novos desafios. Até poucos anos atrás a educação era segregada, porém hoje a realidade já é outra. As crianças portadoras de necessidades especiais e/ou deficientes, antigamente, deviam ser matriculadas em escolas ditas especializadas, e as demais nas escolas de ensino regular. Hoje, porém é um direito adquirido da criança de se matricular nas escolas regulares e participar dos mesmos direitos e deveres escolares que os demais. Isso tornou a forma de ensino muito mais democrática e humanizada.

Falar de inclusão escolar é fácil, discorrer como ela deve acontecer, quais os melhores meios para alcançá-la, as bases legais existentes, tudo caminha para o sucesso da inclusão. Porém, colocar em prática e fazer com que a inclusão escolar seja efetiva e cumpra seu papel é bem mais complexo do que se parece. Podemos

dizer que estamos engatinhando no rumo certo, ainda falta muito que se falar e fazer nesse sentido. Portanto somos agraciados pelos inúmeros profissionais da área que estão empenhados para que a tão falada e almejada inclusão seja de fato uma realidade vivida por todos.

A inclusão sem praticar o amor e o respeito ao próximo é enganar a si mesmo, todos devemos buscar formas de vencer os próprios preconceitos, trabalhar sobre si mesmos, buscando transformar a sociedade, tão diversa e complexa, num lugar onde se pratica o humanismo e respeito mútuo.

Que o processo é lento, todos sabemos, mas a palavra desistir, nesse contexto, para nós educadores, não existe.

REFERÊNCIAS

AIRES, Anne Caroline Silva. ARAUJO, Maria Valéria Silva. NASCIMENTO, Gabriela Amaral do. *Autismo: convívio escolar, um desafio para a educação*. App Passei Direto.

BRAGA, Paola Gianotto; SANTOS, Stéfani Quevedo de Meneses; BUYTENDORP, Adriana A. Durato Marques. *Cartilha Transtorno do Espectro Autista*. 1. Ed. Campo Grande. Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul – SED/MS, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais (1994).

DIAS, Félix. BORDAS, Miguel. GALVÃO, Nelma. MIRANDA, Terezinha. *Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social*. 1. Ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2003.



SILVA, Ana Beatriz Barbosa. GAIATO, Mayra Bonifácio. REVELES, Leandro Thadeu. *Mundo Singular: Entenda o Autismo*. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.